



## **MUNICÍPIO DE CASTRO VERDE CÂMARA MUNICIPAL**

### **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CASTRO VERDE, REALIZADA NO DIA 11 DE OUTUBRO DE 2017.**

**Nº. 22/2017**

Estiveram presentes para o efeito os eleitos: Francisco José Caldeira Duarte, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Castro Verde, e António João Fernandes Colaço, António José Rosa de Brito, Paulo Jorge Maria do Nascimento e Carlos Alberto Camacho Guerreiro Pereira na qualidade de Vereadores.

#### **ABERTURA DOS TRABALHOS**

Dada a existência de quórum foi, pelo Sr. Presidente, declarada aberta a reunião pelas 21,35 horas.

#### **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**

O Sr. Vereador António José de Brito fez constar na ata o seguinte:

“Saúdo o modo democrático e geral elevado como foi possível desenvolver todo o trabalho autárquico e a forma como, em termos gerais, foram realizadas as sessões de Câmara, onde tive o grato prazer de participar na totalidade das 108 sessões realizadas em todo o mandato de 2013-2017.”

#### **ORDEM DO DIA**

- **Aprovação da ata da reunião anterior:**

Atendendo a que foi distribuída, previamente, a todos os presentes, cópia da ata da reunião anterior, foi dispensada a sua leitura, pelo que o Sr. Presidente colocou-a à consideração dos restantes membros e, não havendo qualquer proposta de alteração, submeteu-a a votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade e nominalmente.

Não participou na votação o Sr. Vereador António João Colaço por não ter estado presente na reunião em causa.

## ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

- **Expediente:**

Tomou a Câmara conhecimento do ofício do Clube Ornitológico de Castro Verde agradecendo o apoio prestado financeiro concedido por esta Câmara Municipal para apoio à realização da sua atividade.

### DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

#### 1. - Mapa centralizador da receita e despesa:

Tomou a Câmara conhecimento do Mapa Centralizador de Receita e Despesa, referente ao movimento de tesouraria no período compreendido entre o dia 1 de Janeiro a 30 de Setembro de 2017, o qual apresenta os seguintes saldos:

- Operações orçamentais:

Saldo do ano de 2016	613.533,64 €
Receitas cobradas	6.684.696,16 €
Soma	7.298.229,80 €
Despesas realizadas	6.852.172,48 €
Saldo em 30.09.2017	446.057,32 €

- Operações de Tesouraria:

Saldo do ano de 2016	222.188,32 €
Op. Extra - Orçamentais – Entradas	551.782,52 €
Soma	773.970,84 €
Op. Extra. Orçamentais – Saídas	529.288,98 €
Saldo em 30.09.2017	244.681,86 €

- Disponibilidades:

Caixa	37.589,73 €
Fundos de Maneio	2.500,00 €
Instituições Bancárias	650.649,45 €
Total das disponibilidades em 30.09.2017	690.739,18 €
Documentos	20.484,40 €
Total de movimentos de tesouraria em 30.09.2017	711.223,58 €

- Total dos encargos de curto e médio prazo assumidos e não pagos respeitantes a fornecimentos, empreitadas e diversas prestações de serviços em 30 de Setembro de 2017: 618.742,16 €.

#### 2.- Balancete Mensal Acumulado (Razão):

Tomou a Câmara conhecimento do Balancete Mensal Acumulado (razão) referente ao mês de Setembro, o qual se anexa à presente ata, dando-se, por isso, como aqui integralmente transcrito.

### **3. - Ratificação da emissão de licença especial de ruído:**

Submeteu o Sr. Presidente a ratificação da Câmara o ato da decisão que tomou relativamente à licença especial de ruído que concedeu, nos termos do art.º 15º do Regulamento Geral do Ruído, aprovado pelo Decreto-Lei nº. 9/2007, de 17 de Janeiro, a Aníbal José Nobre da Conceição, em representação da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Castro Verde, para a realização de um baile, nas suas instalações, sitas na Rua da Seara Nova, em Castro Verde, das 19 horas do dia 4 de Outubro até às 4 horas do dia 5 deste mesmo mês.

A Câmara deliberou, por unanimidade e nominalmente, ratificar o ato de decisão em causa relativamente à concessão da referida licença especial de ruído.

### **DIVISÃO DE OBRAS, GESTÃO URBANÍSTICA E AMBIENTAL:**

- **Demolição de prédios degradados, em estado de abandono, sitos no Largo de S. Fabião, em Casével:**

Apreciou a Câmara a seguinte informação da Divisão de Obras, Gestão Urbanística e Ambiental

“1.- Com a data de 29 de Novembro de 2016 foi emitido o Edital nº 93/2016, nos termos do qual era dado conhecimento da deliberação camarária, aprovada em reunião do executivo municipal de 2016.Novembro.23, de demolição dos prédios localizados no Largo de S. Fabião, nºs 8,10 e 12, em Casével.

2 - Posteriormente deu entrada neste município uma carta da Sra. Cristina Isabel Guerreiro Simões dando conhecimento da sua qualidade de proprietária do edifício com os nºs 10 e 12.

Salienta-se que nesta mesma carta comunicou que o prédio com o nº8 não lhe pertencia.

Manifestou também como objetivo para 2017 a recuperação/remodelação do prédio de que é proprietária ( nºs 10 e 12 ).

3.- A tomada de conhecimento por parte do município desta nova situação relacionada com a propriedade dos prédios em questão, levou à suspensão temporária da deliberação de demolição dos edifícios, tomada por despacho do Sr. Presidente da Câmara de 16 de Dezembro de 2016, ficando assim adiada a demolição dos edifícios.

4.- Estando a chegar ao fim o ano de 2017, verificamos que nada foi feito pelos proprietários dos prédios, nem do prédio com os n.ºs 10/12, nem do prédio com o n.º 8, prédio este contíguo ao prédio da Sra. Maria João Albuquerque, nº 6.

O estado de degradação dos edifícios mantém-se, tendo até vindo a agravar-se ao longo dos últimos meses, assim como o estado de abandono do logradouro, “casa” de ratos, cobras e outros animais indesejáveis.

5.- Tendo em atenção o que ficou exposto é nossa opinião que devem ser notificados os proprietários dos prédios em questão:

- a Sra. Cristina Simões, proprietária do prédio com os n.ºs 10 e 12, já foi notificada no sentido de esclarecer quando pretende levar a efeito as obras de recuperação/remodelação que manifestou desejo de executar no ano de 2017;

- os proprietários do prédio com o nº 8, devem ser notificados no sentido de levarem a efeito as intervenções necessárias à correção do estado de degradação em que se encontra o edifício e à limpeza do logradouro do prédio.

Neste último caso, os trabalhos a executar devem incluir a demolição das paredes que apresentam maior instabilidade estrutural e a recuperação da parede da fachada principal, cujo estado atual

permite a sua manutenção, com o objetivo de manter o alinhamento das fachadas voltadas para o largo de S. Fabião.

Não podemos esquecer que é este prédio que está a provocar danos no prédio da Sra. Maria João Albuquerque.

6.- Para levar a efeito os trabalhos referidos deverá ser dado um prazo máximo de 30 dias, sob pena de a Câmara Municipal poder a vir tomar posse administrativa do prédio com o n.º 8 e proceder à execução coerciva dos trabalhos necessários à correção da situação de degradação em que se encontra o edifício.”

Apreciado o assunto, deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente proceder em conformidade com a informação acima referida.

### **DIVISÃO DE ACÇÃO SOCIAL, EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO**

- **Concessão de cartões sociais**

Na sequência da informação n.º.672 da Divisão da Ação Social, Educação, Cultura e Desporto e respetiva documentação anexa, deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente, o seguinte:

- Conceder cartões sociais a: Maria José Castilho Correia, residente em Castro Verde; Bárbara Canário Tomé Marques, residente no Monte do Beringelinho; Maria Nazaré dos Ramos Silvestre Marques, residente em Santa Bárbara de Padrões; Maria Francisca Messias, residente no Monte da Sete, todos no escalão A; e a Mariete Silvestre Freire Brás, residente em Castro Verde, no escalão B.
- Renovar o cartão social de Maria Bárbara Cavaco Faustino, residente no Monte A-do-Corvo, no escalão A.
- Indeferir o pedido apresentado por Ana Maria Canário Paulino, residente no Monte do Beringelinho, em virtude do seu rendimento per capita exceder o previsto no respetivo regulamento.

### **PERIODO RESERVADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

Não se verificou a presença de público.

### **ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS**

Não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a reunião pelas 22,15 horas, da qual se lavrou a presente ata e submetida a votação foi aprovada e assinada por todos os membros presentes, assim como pelo Coordenador Técnico da Secção Administrativa, Fernando Colaço Sebastião, nos termos do n.º 2 do artigo 57º da Lei n.º. 75/2013, de 18 de Setembro.